que se dá p.ª a Camara, e Juiz de Paz Competente, q.º
V.ª de sua Camara estando q.º a Deputação que dá assento
aos Camaristas, q.º manda tirar este termo de Nomeação
q.º assim se pratica, p.ª communicar ao seu
todo, ahi se entenderá ingerado. S.ª N.ª 11 de 7bro 1830, no art.
3.º ahi; esta Camara entendendo q.º V.ª Sua Camara
não authorisão nas Suas Ordens q.º em hum Sentido de Pitoy
Darthy, já participou ao Exm.º Snr. Presidente da Pro-
vincia de q.º V.ª Mais Authoridade, p.ª q.º em Camara effectivo
obrigão outra q.º Pitoy; esta Municipio, nem de Senhor
por Senhor Sorte de Pitoy, ainda mais devido. Assim
q.º Juiz de Paz desta Camara, em virtude de Justiça, pro-
testa a V.ª Sua nullidade de presente Pitoy, q.º em que
ainda este Municipio deve Voto p.ª Juiz de Paz, Sua
nova reparte q.º tem o Municipio de Sobral, pois
que são obrigados a este Municipio, e lhe devem
dar os seus Votos, como Pitoy. Esta Camara espera ao
nova participação ao Exm.º Snr. Presidente desta
Provincia, Segurando-se a Sua decisão, em não se estar
no de Camara de Sobral, e não proceder a Pitoy q.º
he obrigada a sua nomeação. Deos Guarde a Exm.º Snr. Pre-
sidente. M.ª G. de V.ª Villa nova de Soffrá em Sessão ordinaria
de 3 de 7bro 1832.

M.ª Snr. Juiz de Paz
do Termo de S. Gonçalo.

Felipe José de Souza Pires P.
Bento Martinho Pereira
Antonio do Valle Moraes.
Antonio Mathias Reis Lobão
Ignacio Gomes de Sá

Illmo. e Exmo. Senhor.

Inclusos remettemos a V. Exª. as contas da receita, e despeza
da Camara, do t. de Janr. de 1829, a 30 de 7bro. do Corr. anno
De 1832, p.ª q. V. Exª. serem transmitidas ao Concelho Ge-
ral da Provincia, como por V. Exª. nos foi ordenado em
Officio de 29. de Fevereiro do Corrente anno. Affal-
Determinação da Camara no limpo marcado p.ª dar-
Sessão Ordinaria, pelo impedimento de alguns Verea-
dores natos: a riqueza dittos ou guaze todos os Suplentes
untumarem assento na Camara, pelo q. tendo descul-
frivolas, dos motivos á que unão remetterem as contas a
limpo que a Lei inarca; o que nos hé bastantemente
sencivel. Quanto as Contas de 1824, a 1828, já as havamos
aprovação do Concelho Geral no anno de 1830, o q. que não
pudesse nos formar assim. no Concelho os juizos ex-
cimentos p.ª a fiscalização das dellas, p.ª nos q. o Concelho
digno de pelo Camara transactas em suas Contas
dado aprovação obrado, rezolveo o Concelho q. p.ª sim
motivo as não aprovasse, nem desaprovasse, o q
nos foi Comunicado pelo Secreto. do mesmo. C
Secretº de Encarregamento das Cadeias, p.ª que ad-

pulo perigo, tem absorvido não pequena parte
dos rendimentos desta Camara, e enquanto não puder
ser ali hum Corpo de guarda onde continuará,
esteja mais decente hé, um menos cabo da Ley des-
tinada, pela Junta do Commercio. Do guarda
de Vossa Villa do Sobral em Sessão extraordinaria
de 4 de Novembro de 1832.

Illmo e Exmo Snr. José Mariano
de Albuquerque Cavalcanti, Presidente
desta Provincia.

José Sabóia N. P.
Raphael Fran.co d'Albano
Felippe Ribeiro da Silva
Francisco de Paula Pessoa
Thomas Fran.co de Abreu

Illmo e Exmo Snr.

Esta Camara, [illegible] de Juiz de Direito interino desta Comarca, e dos Juizes ordinarios, e Vereadores abaixo assignados, tem a honra de levar na Presença de V. Exa. o facto, pelo infame Manoel de Souza, e Auto res [illegible] e Conselheiros, e Vereadores [illegible] Officio de 15. do Corrente mês, cuja Relação vai incluza; passou a dar de Commum a Cardoso com Juiz de Paz desta Freguezia, mais Authoridades, todas as providencias que julgou a Gentadas, afim de [illegible] em tal tentativa [illegible] em ermo quando debandados [illegible] em igual quantidade [illegible] Camara

Illm.o e Exm.o Snr.

Em Sessão de 10 de Corrente, foi prezente esta Camara, o Officio de V.Ex.a, data de 2 do Fevereiro, emque diz ter prompto p.a este Municipio, Cem Armas, mil Cartuxos, a cujo Cumprimento respondemos: Ao Cap.am de Ordenanças, abaixo de Tenente Coronel das Guardas Municipaes desta Villa [illegible] de Santa Cruz; tem incumbido de mandar receber dita Armas; pedindo V.Ex.a, mandallo entregar, a pessoa q.e elle, p.a isso authorizada.

Pas deverão as despeza no transporte dittas Armas, ser feita, pelas rendas do Concelho, deliberemos que fasse a custa particular, de cada hũ de seus Membros. Deos G.de a V.Ex.a Sala da Sessão Ordinaria de 13 de Abril de 1832.

Illustrissimo Senhor José Mariano de Albuq.e Cav.te Prezid.e da Provincia.

Fran.co Xav.r Gomes P.

Esteban Jiménez de la Cortes

Felipe Pérez de Silva

José Sabeda

Diego Gómez Pantoja

Illmo e Exmo Snr

Em cumprimento ao despacho de V. Exa., lançado no requerimento de Luiz de Mendonça Braga, actual Carcereiro desta Villa, para mandar ter prisão, que logo nas primeiras dias em que tomou posse do Cargo de Vereador, prendeu o dito Carcereiro, que esta Camara fundada no Art. 7th da Lei de 1st de Outubro de 1828, Manda Cumprir, e mandou apregoar em ar Ordenado algum pelo seu emprego, Porque não avia Lei em seu favor, e que não obstante, dito Carcereiro em tempo competente requereo que se lhe mandasse pagar seu quartel de seu Ordenado, Porque lhe pertencia, e lhe era devido, e tendo as Camaras tranzitar, authorizadas pelas Provimentos dos Corregedores da Comarca, e ao que Ministerio a Camara, mandando Porque se Supra recommendo ao Poder Legislativo, a quem Competia providenciar a este respeito. Passados alguns tempos, tornou o dito Supplicante a requerer o pagamento de seu

Ordenado, juntando estas o Aviso da Secreta-
ria d'Estado dos Negocios da Justiça, que não
obstante Mandarem-se dar baixa, com todo de ter-
mos da Camara em virtude de Ordens, se dar Cum-
primento ao Aviso Contrario ao theor da Lei Cita-
da, recorrem a Lei ao antecessor de V. Ex.ª
o Sr. Vice Presidente José de Castro S.ª &c.
em huma Officio, q. dirigio a esta Camara em
que lhe pedia q. a Lei premia estando nas circum-
stancias de ser paga, tanto q. tem sido paga a to-
dos a recompunça de hum que trabalha, como
por gratificação ser a huma Cortuma de hum ma-
nicipio, q. não constitue Lei. Mas como
esta Camara, que não julga para
valer hum tal costume em prejuizo de hu-
ma Lei inteira, Resolveram Suspender
esta ordem ao dito Vice Presidente, q. nesta
materia se cumprisse o que dispõem as Leis,
Esta nossa opinião he a mais conforme

bem fundada quando deu o parecer da Comis-
são especial das Camaras Municipaes, que
foi presente na Camara dos Senhores Deputa-
dos em Sessão de 25 de Abr.º do anno p.p., no qual
encarrego o Conselho Geral de Pernambu-
co, e avir este goza de Camara de Olinda,
alem de outras despezas o pagam.to de ordenado
a Alcaides, e seos Escrivaens, (ag.m dito aviso de.a
que se pague não só ultrapassou aquelle pro-
cedimento da Camara, como que mandou que
similhante despeza fosse paga pelos bens dos
Viriadores que a authorizarão, cujo parecer foi
aprovado. A vista pois do exposto, e de não
avir Lei em favor do Supp.e, como tem obtido
com a sorte. He outrd.m o Supp.e deve ser remu-
nerado de seu penozo trabalho, a emenda mais
sendo hum homem pobrissimo. Sobral em
Sessão Ord.ª de 26 de Abril de 1832.

Agnello Pires Gomes P.

Filipe [illegible]

Estevão Ferreira de Castro

José Soares

Diogo Gomes Pereira

Illustrissimo e Exm.o Snr.

Accuzamos a recepção do Officio de V.Ex.a datado em 9. de Janeiro do Corrente anno, ao qual acompanhou por Copia, a Portaria da Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio, datada em 8. de Outubro do anno pp. sobre o que passamos a ponderar a V.Ex.a. Tendo o Conselho Administrativo destinado a quantia de quatro centos mil reis, para o reparo das prizões deste Municipio, e duzentos mil reis para sustentação dos prezos pobres, apenas recebeu esta Camara, da Junta da Fazenda Publica, no fim do anno pp. a quantia de trezentos mil reis, e destes despendeo cem mil reis para sustentação dos prezos pobres, do restante nada tem feito a devida applicação, p.o motivo da Estação innuoza, não aver materiaes. D.s G.e a V.Ex.a Sobral em Sessão Ord.a de 26. de Abril de 1832

Illm.o e Exm.o S.r J.e Mariano de Alm.da C.te Prez.e da Junta Prov.al

Jose

Joze Joaq.ᵐ Gomes P.

Joze Sabino

Caetano Joz.ᵉ da Costa

Filippe Ribeiro de Sabino

Diogo Gomes Torres Esq.ᵃ

Respondt. em 22 de Illmo e Exmo Snr.?

Fevo 1832.

Ouvendo a Camara Municipal desta Villa
reunido-se para suas Sessoens Ordinarias nos
do Corrente anno, não tem sido possivel athé
presente conseguir-se o Fim para que se
cialmente estabelecerão os Quatro de seos actos an
Membros que devião fazer parte delle nas
diatas eleyções athé o ultimo que obtiverão
ra servirem de Suplentes não ouve hum
que a seitasse comparecer antes com hum
mandado intimatorio nos as necessidades publ
cas do nosso Municipio reclamão-se dahi
por isso isto expedimento tão bem molestos
como tão ultrajante procedimento, e auto
ridade abuziva não pode deixar de ser censura
athé mesmo reprehensivel, para alem do
nhecimento de Vossa Excelencia afim de pro
videnciar sobre tal objeto para que nos
não continue no intuito ainda fico fa
zendo prova que a Congregação tenha lu
dinão agora, e nem para algum dia
adiante. D. G. de a V. Ex. Villa de So
bral 12 de Set. de 1832.

Illmo e Exmo Snr. José Mariano de Alba
querque Cav.te Pria da Ord.m de Chris

Illmo. e Exmo. Senhor.

Esta Camara, aquem foi prezente o Officio de V. Exa. de 13. de Out. proximo passado, em q. participa a vir tocado ante Municipios, q. suntentação do prezo pobres, aquantia de 150$000 em canto e sincoenta mil reis, tem ordenado ao seu Procurador que mande receber desta quantia no Thezouro da Provincia, como q. V. Exa. na sua em dito Officio ordenado. Aproveitamos esta occazião para fazer vir a V. Exa. que ainda o Conselho Administrativo no anno proximo passado arbitrado q. suntentação dos prezos pobres em cento e sincoenta mil reis q. obras publicas, unicamente nos foi intregue pelo Thezouro Publico Provincial duzentos mil reis, na prezente data nunca reclamações pelo suntante já mais temos sido satisfeito, o que mais há, não tem a Exma. Junta respondido cousa alguma sobre este objecto. Pelo que esperamos, que tomando V. Exa. em consideração dê aquella providencia

dencias que julgou acertadas, em barreiras dentro
Municipio [illegible] de Villa
de Sobral 12 de Fev.º de 1832.

[illegible]
[illegible] José
Albuquerque [illegible]
Cavalcante, Juiz de
Direito [illegible]

José Sabóia N.º
Antonio Pinto [illegible]
Otaviano José da Costa
Felippe Rebº de Sousa
Francisco de Paula [illegible]

Illm.o e Exm.o Senhor

Respond.e em 22 de Dez.bro
1832

Tendo Antonio Januario Linhares, reque-
rido a esta Camara, dimissão do emprego de Te-
zoureiro do Cofre dos Orfaos desta Villa, ju-
gando a mesma não ser de sua atribuição
similhante dimissão, rezolveu levar o requ-
rido ao conhecimento de V.Ex.a, de quem espe-
ra os esclarecimentos a tal respeito. D.s
g.e a V.Ex.a Villa do Sobral em Cam.a de 19 de
Dez.bro 1832.

Illm.o e Exm.o Snr. José Mar-
ciano de Albuq.e Cavalcante,
Pres.te desta Provincia.

José Luiz N.
Thomaz Pomp.o
Thomaz José
Felippe Rib.o de
Francisco de Paula

Illmo e Exmo Senhor

Juiz gamos do nosso dever transmitir a V Exa. Offi-
cio que nos dirigio o Juiz de Paz de Santa Luzia,
segue a nro. dirigio a Camara Municipal de
[illegible] Nova de Elvas; p.a avista delle ficar
V Exa. na intelligencia de todo o conteudo
do nosso nro., e providenciar como for de
Justiça. D.s Guarde a V Exa. Villa de Lo-
bral 19 de 2br.o de 1832.

Illmo e Exmo Snr. José
Mariano de Albuquerque
Cavalcanti, Presidente
da Provincia.

José Saboia - M.o
Antonio Canto e Mello
Estevão José da Costa
Filippe R.to do Silveira

Francisco Xavier Pereira